



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quarta-feira, 26 de setembro de 2012

JORNAL DO COMMERCIO

Efeito PIM derruba arrecadação 1
ECONOMIA

JORNAL DO COMMERCIO

Pedrinho Aguiar 2

A CRITICA

Ginga em TV deplasma 3
ECONOMIA

A CRITICA

Crédito reduzido pela metade 4
ECONOMIA

A CRITICA

Desenvolvimento regional (II) 5
ECONOMIA

A CRITICA

Arrecadação federal no Estado cai 2,8% em agosto 6
ECONOMIA

DIÁRIO DO AMAZONAS

AVISO DE LICITAÇÃO 7
ECONOMIA

DIÁRIO DO AMAZONAS

NOTIFICAÇÃO DE DÉBITOS 8
ECONOMIA

Efeito PIM derruba arrecadação

Por Juliana Geraldo

Em agosto, o Amazonas arrecadou R\$ 858,32 milhões em tributos federais, 2,8% a menos frente a igual período do ano passado, de acordo com os dados divulgados ontem (25), pela DRF/Manaus (Delegacia da Receita Federal de Manaus).

Entre os oito primeiros meses do ano, esta é a segunda vez que a arrecadação federal apresenta variação negativa no Estado, na comparação mês a mês. A primeira foi em junho, quando a retração anotada foi de 3,79% sobre o mesmo período do ano anterior.

De acordo com o economista e vice-presidente do Corecon-AM (Conselho Regional de Economia do Amazonas), Francisco de Assis Mourão Junior, embora seja pequena, a variação negativa é reflexo da fraca atividade industrial, em especial do polo de duas rodas, em crise desde o início do ano, agravada entre maio e julho deste ano.

Os dados levantados pela Receita apontam que, em agosto, a redução mais expressiva veio exatamente da fabricação de motocicletas (- R\$ 57,19 milhões arrecadados).

Os números da arrecadação concordam com os indicadores da Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus) para o mês de julho - período válido para avaliar a arrecadação de agosto. Conforme o relatório da autarquia, o faturamento de US\$ 369,16 milhões do segmento representou queda de quase a metade (-48,6%) do faturado no mesmo mês do ano anterior.



Redução mais expressiva veio exatamente da fabricação de motocicletas (- R\$ 57,19 milhões arrecadados)

Já o setor termoplástico e o metalúrgico, dependentes diretos do polo de duas rodas, também observaram recuo no faturamento de 19,28% e 44,14%, respectivamente.

Entre janeiro e julho, a fabricação de motocicletas registrou queda de 15,52% com R\$ 1,05 milhão de unidades produzidas e o faturamento sofreu queda de 17,48%.

"Todas as medidas tomadas pelos governos federal e estadual para alavancar o setor ainda não fizeram efeito. Mesmo as soluções em torno do financiamento bancário para compra de motocicletas devem demorar alguns meses para serem efetivadas. Por isso, a tendência é a queda prosseguir

na arrecadação do setor", analisou Mourão Junior.

Em entrevista anterior ao *Jornal do Commercio*, o presidente do Sinmen (Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Eletrônicos de Manaus), Athaydes Mariano Félix, projetou o início dos impactos das medidas governamentais apenas para janeiro ou março do próximo ano.

Tributos

Em agosto, a principal retração foi registrada pelo recolhimento do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), que com R\$ 7,14 milhões caiu 38,1% frente ao mesmo mês do ano anterior.

A análise da DRF/Manaus

atribui o comportamento negativo à redução na arrecadação do setor de duas rodas (-99%) e nas fábricas de máquinas e equipamentos (-89%). Um outro fator apontado foi a redução de 47% da rubrica IPI-OUTROS, que incide sobre produtos não beneficiados pelos incentivos concedidos pela ZFM.

Em segundo lugar, aparece a arrecadação do Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) com queda de 9,6% em agosto. Neste caso, os principais recuos foram verificados na fabricação de motocicletas (-39%) e de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos (-71%).

Os recolhimentos do IRPJ

(Imposto de Renda - Pessoa Jurídica) e o PIS (Programa de Integração Social) também sofreram retração de 8,4% e 6,3%, respectivamente.

"É importante observar que entre os tributos cuja arrecadação sofre recuo, duas estão ligadas diretamente à indústria, o PIS e o Cofins. Já a queda na arrecadação do IRPJ é atribuída por ele à época do recolhimento, intensificada no final do ano e a retração do IPI por conta da isenção do governo", anotou Mourão Junior.

Em sentido contrário, os

bons resultados ficaram principalmente por conta da arrecadação da rubrica outras receitas (R\$ 4,83 milhões e acréscimo de 24,8%) e do IRPF (Imposto de Renda - Pessoa Física) com recolhimento de R\$ 280,17 milhões e avanço de 17,5%.

Os recolhimentos de IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte), Receita Previdenciária e o CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) também anotam incrementos de 8,1%, no primeiro caso, 8% no segundo e 4,6%, no terceiro.

Segmentos

Entre as atividades econômicas, além do setor de duas rodas, mais dois setores registraram queda. A fabricação de produtos de metal (-R\$ 22,76 milhões) e de produtos diversos (-R\$ 5,24 milhões).

As atividades que registraram as maiores arrecadações e 'seguraram' parcialmente o resultado foram a fabricação de equipamentos de informática, eletrônicos e ópticos (+ 40,19 milhões), o comércio varejista (+R\$ 10,15 milhões) e a fabricação de bebidas (+R\$ 7,45 milhões).

Dados

2ª RF

Os números da 2ª região fiscal (Todos os Estados da região Norte, exceto Tocantins) avançaram tanto em agosto, com R\$ 1,99 bilhão recolhidos e variação de 4,9%, quanto no acumulado do ano, com o total de R\$ 16,03 bilhões e acréscimo de 10,5%.

Números

ACUMULADO (JAN-AGOSTO)

Total:	R\$ 7,06 bilhões	+ 4,3%
IPI:	R\$ 64,62 milhões	-29,3%
IRPJ:	R\$ 121,85 milhões	+ 19%
IRPF:	R\$ 718,91 milhões	+2,7%
Cofins:	R\$ 1,74 bilhão	-3,5%
PIS/PASEP:	R\$ 470,67 milhões	+1,9%
C.S.L.L.:	R\$ 598,71 milhões	+ 5,4%
Outras Receitas:	R\$ 33,19 milhões	+15,4%
Rec. Previdenciária:	R\$ 2,21 bilhões	+13,2%

Pedrinho Aguiar

Suframa faz parceria de pesquisas biotecnológicas

O superintendente da Zona Franca de Manaus, Thomaz Nogueira, e o superintendente adjunto de Planejamento e Desenvolvimento Regional da SUFRAMA, José Nagib, receberam na manhã de sexta-feira, no Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA), uma delegação composta por quatro cientistas do Instituto de Pesquisa em Biociência e Biotecnologia da Coreia do Sul (KRIBB, na sigla em inglês). Na pauta, reunião com a delegação de pesquisadores coreanos a fim de estreitar relações e discutir possibilidades de colaboração entre as partes para o potencial desenvolvimento de novos produtos e processos biotecnológicos. Após apresentações institucionais realizadas por profissionais dos dois órgãos, restou indicação favorável à assinatura de um acordo de cooperação técnica entre o CBA e o KRIBB.

Ginga em TV deplasma

Software que permite interatividade será obrigatório também nesse tipo de televisor produzido na ZFM

O governo incluiu a obrigatoriedade de implantação do Ginga na produção de televisores de plasma produzidos na Zona Franca de Manaus (ZFM), já estabelecida no Processo Produtivo Básico (PPB) das TVs de LCD. Pela norma, publicada ontem no Diário Oficial da União (DOU), as fabricantes terão que entregar 75% dos aparelhos até dezembro de 2013 e em 90%, a partir de janeiro de 2014, com o *middleware* brasileiro da interatividade da TV digital.

Além disso, o novo PPB dispensa, temporariamente, a montagem no País do subconjunto tela de plasma com placas de circuito impresso montadas e integradas, bem como sua respectiva estrutura de fixação. A justificativa é de que a produção desses aparelhos com telas de plasma é pequena e que, além do mais, esse ajuste já foi feito no PPB das TVs com telas de LCD.

O PPB das TVs de LCD com o Ginga, nome dado ao *software* de interatividade, foi publicado em fevereiro deste ano. Já a publicação do PPB dos aparelhos de plas-

Fucapi

No Brasil, só duas empresas fornecem o *middleware* de interatividade, o Ginga, e uma delas é a TOTVs. Muitos não sabem - e parecem não se interessar em saber - que no Amazonas, a **Fucapi também desenvolveu um software com essa função, o qual poderia vir a ser usado pelos produtores de TV.**

ma, publicado hoje, demorou em função de entraves burocráticos, informa o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

REAÇÕES

De acordo com o presidente da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos (Eletron), Lourival Kiquila, as fabricantes vão cumprir as determinações do governo, especialmente quando, desde janeiro deste ano, todos os televisores de tela fina contam com sintoniza-



Manuel Cardoso é favorável a uma discussão ampliada sobre o Ginga

dor digital, ou seja, estão aptos a captar o sinal onde houver.

Por outro lado, Kiquila comentou que a reivindicação do setor é quanto à disponibilização do sinal, que não está difundido de

forma eficiente em todo o território nacional. Desta forma, segundo ele, as indústrias precisam fabricar televisores com sintonizador duplo, o que aumenta entre US\$ 5 e US\$ 10 o custo de cada

produto. O presidente avaliou que, se o sistema digital estivesse funcionando como deveria, as empresas "não precisariam contabilizar este custo adicional".

ARBITRARIEDADE

O presidente da MAP Cardoso, cientista Manuel Cardoso, manifestou desgosto com a atitude do Governo Federal, por considerá-la arbitrária, visto que não se pode obrigar o consumidor a adquirir um produto que ele pode não vir a usar.

Segundo ele, a pergunta que deveria ser feita ao consumidor é a seguinte: "Você tem interesse em pagar por aquilo que não vir a usar?", ponderou Cardoso, advertindo que o consumidor não foi questionado sobre esse assunto, que também não passou por uma discussão técnica mais ampla.

O cientista defende a opinião de que os televisores hoje são "grandes computadores" e ao consumidor deveria ser da oportunidade de fazer download do *middleware*, se assim desejasse.

Wilson Périco

PRESIDENTE DO SINAEES E
VICE-PRESIDENTE DA FIEAM



"Lamentável que o Governo esteja insistindo em forçar a situação para que o consumidor venha a comprar uma tecnologia que, pelo que se sabe, implicará basicamente na oneração da produção e, por conseguinte, no preço final dos aparelhos de TV. As condições não estão dadas para isso a implantação do Ginga. Para que ele viesse a funcionar bem seria necessário que os consumidores tivessem dispostos a usá-lo e que, na outra ponta, encontrassem no mercado respostas para suas demandas. É inútil querer impor regras ao consumidor, que só vai adquirir um produto se enxergar o benefício, coisa que não está devidamente prefigurada, a não ser pela manifestação arbitrária do governo".

Crédito reduzido pela metade

Com vendas em queda este ano, concessionárias de motos reclamam de poucas alternativas aos clientes

LUANA GOMES
luana.gomes@acritica.com.br

Diante da crise no setor de duas rodas, as concessionárias de moto na capital viram seus índices de aprovação de propostas de financiamento caírem de 70% para 12%. Por causa das restrições de crédito, as vendas por consórcio e à vista se tornaram as "válvulas de escape" destes empreendimentos.

Na Manaus Motocenter (autorizada Honda), as vendas precisam ter, no mínimo, 20% de entrada para serem aprovadas pelas financeiras (Itaú, PanAmericano, BV e Finasa), cujos juros variam em torno de 2,7% a 2,8% por mês. Quanto ao banco próprio da Honda, que conta com taxas menores - 2,3% a 2,4% -, a entrada precisa ser de, pelo menos, 40% do valor total.

Desta forma, o consultor de vendas, Gilvan Pereira, comentou que a empresa está investindo na comercialização pelo consórcio, à vista ou no cartão. Neste último caso, todos os modelos (R\$ 4,5 mil - POP 100 até R\$ 44 mil - CB 1000) são vendidos em seis vezes sem juros.

Na revendedora autorizada da Yamaha, Braga Motos, houve alta no número de compras feitas pelo consórcio ou à vista. Enquanto em janeiro foram vendidas 170 unidades, sendo 112 financiadas, 22 à vista e 36 por consórcio; em agosto, das 200 comercializadas, 72 foram financiadas, 35 foram à vista e 93 no consórcio.

A gerente de financiamento da Braga, Sara Fonseca, detalhou que há uma demanda grande de clientes, no entanto, de cem clientes, apenas dez têm o cadastro aprovado. A concessio-



Concessionárias esperam melhoras

nária trabalha com cinco financeiras, que pedem prazo de 36 meses e entrada de 20%: Itaú, Bradesco, BV, PanAmericano e o Banco Yamaha. Este último

atua com juros de até 0,99% para motocicletas a partir de 250 cilindradas e de 2% para as abaixo de 250. Já as taxas dos demais variam de 2,8% a 3,2% para todos os modelos.

O problema de crédito fez com que o grupo TecWay (autorizada Sundown e Kasinski no Amazonas) optasse apenas por vendas à vista, no cartão de crédito ou pelo consórcio. Motos com preços de R\$ 3,29 mil a R\$ 6,30 mil estão sendo vendidas "em cash" ou no cartão, parcelados em 12 vezes sem juros. Neste caso, uma taxa bancária de R\$ 200 é inserida no valor total.

De acordo com o diretor comercial da rede, Fábio Guerra, como forma de auxiliar os consumidores, o Banco do Brasil (BB) acenou uma proposta aos correntistas que permite parcelamento de 48 vezes a 1,50% por mês.

Blog
“ José E. Gonçalves ”
DIRETOR-EXECUTIVO DA
ABRACICLO

“A reunião da semana passada foi positiva para o setor, porque abriu uma perspectiva para que cada instituição financeira trabalhe em cima das suas propostas de financiamento e chegue a alguma coisa mais concreta. Por enquanto, tudo está em fase inicial, mas deve avançar após a circular do Banco Central, que mexeu nos compulsórios. Esta decisão serve de auxílio, dando condições às instituições para abater deste compulsório o saldo das operações para financiamento e desenvolver linhas em benefício ao consumidor final. Até o momento não há nenhuma definição de quando isso deve acontecer, mas não deve demorar muito. Mesmo sem previsão, nossa visão é otimista diante da circular publicada e da reunião com os representantes.

BB anuncia novo crédito para motos

O Banco do Brasil (BB) anunciará na próxima semana novas modalidades de crédito aos interessados em comprar motocicleta financiada. Hoje, o BB só aprova financiamento de motocicletas mediante o pagamento de 30% do valor do bem. Os juros ao mês variam entre 1,42% a 2,76%. O prazo máximo do financiamento é de 36 meses, isso para modelos de 250 cilindradas de motocicletas zero quilômetro.

Na Caixa, financiamento é só por meio de carta de crédito ou empréstimo pessoal. Na opção de consórcio, a carta de crédito vai de R\$ 5 mil a R\$ 10 mil, com taxa administrativa de 15% deferidas no prazo de 70 meses, sem incidência de juros.

Desenvolvimento regional (II)

Embora o Brasil, a partir de 2011, tenha se tornado a sexta maior economia do globo, continua sendo um dos países mais desiguais do mundo. O Censo Demográfico 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indica que, não obstante o rendimento médio nacional haver alcançado R\$ 668,00, 25% das pessoas tinham rendimento médio nominal mensal domiciliar per capita de até R\$ 188,00 e metade da população recebia até R\$ 375,00, valor inferior ao salário mínimo naquele ano (R\$ 510,00). Enquanto cerca da metade da população urbana recebia, em média, até R\$ 415,00, nas áreas rurais esse valor era de aproximadamente R\$ 170,00. Por outro lado, o IBGE e o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) demonstram que, enquanto as

macrorregiões Sul e Sudeste concentram 54,4% da população e 72,2% do PIB brasileiro, as demais regiões, embora representem 70% do território nacional, abriguem 45,6% da população, detêm tão somente 22,8% do PIB. Os problemas se aprofundam nos aspectos do saneamento básico, em que, segundo pesquisa do IBGE, anunciada esta semana, quase 45% dos municípios não contam com rede coletora de esgoto. A maioria não tem como conter as chuvas e está sujeita a inundações e 23% das cidades vivem com racionamento de água. Há outras importantes vulnerabilidades ainda arraigadas na economia brasileira. O Investimento Estrangeiro Direto (IED) deverá fixar-se, em 2012, em US\$ 50 bilhões, segundo projeções do

Banco Central do Brasil, contra R\$ 66,7 bilhões em 2011. Enquanto isso, o saldo da balança comercial, que nos sete primeiros meses do ano passado ficou em US\$ 16 bilhões, caiu para US\$ 9,9 bilhões de janeiro a julho do ano em curso. Enquanto reduzem-se as exportações, as importações vêm subindo devido, em larga escala, ao aumento da participação de insumos e produtos importados na produção industrial brasileira. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o crescimento do setor em junho - 0,2% comparativamente a maio - não conseguiu compensar a retração de 3,8% na produção industrial no primeiro semestre de 2012 em relação a 2011. De acordo com estatísticas do IBGE, a indústria brasileira hoje produz o mesmo que há três anos.

osirisasilva
@gmail.com



Por outro lado, dados de 2012 da Organização Mundial de Propriedade Intelectual, órgão da ONU, sediado em Genebra, e do Institut Européen d'Administration des Affaires (INSEAD), de Paris, demonstram que, comparativamente a 2011, o Brasil caiu nove posições entre os países mais inovadores do mundo. Chegou ao 58º lugar no ranking monitorado por essas instituições. O Brasil é o país que mais perdeu posições entre os BRICS, em cujo grupo junta-se à China, Índia e Rússia. Mesmo na América Latina, perde para o Chile, o 39º classificado. Em relação à Amazônia, não se pode pensar em desenvolvê-la sem antes conhecer em profundidade suas características ambientais intrínsecas e as riquezas de seu

bioma. Por essa razão, nenhum plano que objetive o desenvolvimento da região poderá ser eficaz sem o concurso direto das entidades de ensino e pesquisa que aqui estudam e buscam soluções próprias para o uso sustentado das riquezas do complexo e delicado ecossistema bioma amazônico.

A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em janeiro deste ano, lançou o Plano de Integração Intrarregional (PIIR). O mesmo Ministério da Integração Regional (MIR), ao qual a SUDAM é vinculada, desenvolve esforços com as Secretarias Estaduais de Planejamento de todos os estados brasileiros com vistas à elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Em qual dos dois devemos confiar?

Arrecadação federal no Estado cai 2,8% em agosto

Amazonas registrou R\$ 858 milhões em impostos como IPI e Cofins

O “leão” federal abocanhou menos em agosto deste ano, quando comparado a igual período de 2011. Com base em dados da Delegacia da Receita Federal em Manaus (DRFM), no oitavo mês do ano, a arrecadação tributária no Amazonas foi 2,8% inferior, ao registrar cifras de R\$ 858,32 milhões ante R\$ 882,72 milhões, sem levar a inflação em consideração.

Conforme análise da delega-

cia, o comportamento negativo foi motivado pela queda de quatro dos nove tributos pesquisados. Tanto a arrecadação referente ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) quanto a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) tiveram retração em agosto e no acumulado.

Apenas em agosto, o IPI teve queda de 38,1%, enquanto nos oito meses do ano, a retração foi

de 29,3% ante mesmos indicadores do ano anterior. Dentre os motivos apontados pela DRFM está a queda de 89% na arrecadação relativa à rubrica de “máquinas, aparelhos e material de transporte”.

Quanto ao acumulado de 2012, a Receita conseguiu um incremento de 4,3% em valores nominais, quando relacionado ao mesmo período de 2011 (R\$ 7,07 bi frente a R\$ 6,77 bi).

AVISO DE LICITAÇÃO



Ministério do
Desenvolvimento, Indústria
e Comércio Exterior

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Pregão Eletrônico nº 15/2012
Sistema de Registro de Preços - SRP

A Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar a licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2012 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP, cujo objeto é a Aquisição, de forma parcelada, de material de consumo e expediente, destinados à reposição do estoque da Seção de Almoxarifado da SUFRAMA, tudo em conformidade com as descrições e condições contidas no Edital e seu Anexo, com abertura das propostas prevista para o dia 08/10/2012, às 10h (hora Brasília), no sítio www.comprasnet.gov.br, na forma do Decreto Nº 5.450/2005, que regulamenta a modalidade do Pregão Eletrônico.

O Edital e seu respectivo anexo estarão à disposição dos interessados no sítio www.comprasnet.gov.br a partir do dia 26/09/2012. Quaisquer informações poderão ser obtidas pelos telefones (92) 3321-7225, 3321-7226 ou 3321-7000 ramais 7225 ou 7226.

Manaus, 24 de setembro de 2012
EDJANE PINTO DOS SANTOS
Pregoeira

NOTIFICAÇÃO DE DÉBITOS

	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	 PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA
O Procurador-Chefe da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, no uso de suas atribuições legais e regulamentares que lhe foram conferidas pela Portaria n. 49, de 18/01/2008, e esgotada a tentativa de dar ciência por meio de notificação via Carta Registrada com Aviso de Recebimento, notifica as empresas abaixo relacionadas do <u>Estado do Amazonas</u> a comparecerem a esta Autarquia no prazo de 10 dias a contar desta publicação, para efetuarem o pagamento dos débitos de sua responsabilidade, originados da prestação de serviços públicos por parte da Autarquia, não pagos até a presente data e acrescido de juros e multa. O procedimento para a quitação de débito deverá ser efetuado junto a Procuradoria Jurídica da Suframa, localizada na Avenida Ministro Mário Andreazza, n. 1424 - Distrito Industrial, Manaus/AM, de segunda à sexta-feira, das 8:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00 horas, ou mediante contato (92) 3321-7009 ou nas Unidades Descentralizadas da Suframa. Caso este débito já se encontre quitado, solicitamos o envio da correspondente comprovação a esta Autarquia.		
EMPRESA	CNPJ	INSCRIÇÃO SUFRAMA
E J B SIQUEIRA	10.676.917/0001-64	12.0744.01-5
JGS.COMERCIAL DE ESTIVAS LTDA-ME	05.437.333/0001-04	10.8968.01-4
ESTALEIRO DO NORTE LTDA	01.064.957/0001-64	50.0617.01-5
Fernando Nunes da Frota Procurador-Chefe		